



Sumário

1. As crianças de Bangladesh 1
2. A feia fumaça e o casaco verde-chiclete 9
3. A lei que proíbe cobrar menos 14
4. A lei que aumenta o salário 25
5. De caçadores-coletores a guias de turismo lunar 35
6. E eu vos declaro marido e mulheres 43
7. O preço do futuro 48
8. Vegetarianos, preços e bois 56
9. As árvores da Ilha de Páscoa e as ruas de Londres 66
10. O mercado das almas 81
11. 289 dias 89
12. O poder mágico da cerveja 98
13. Casas esquisitas 108
14. As cigarras 120
15. Os ombros dos gigantes 132
16. O milagre da transformação do suco de laranja em vinho 147
17. Uma força libertadora 164
18. Faxineiro ou aviãozinho 180
19. Pedreiros e políticos 189
20. As leis da economágica 201



As crianças de Bangladesh

BANGLADESH é um país muito pobre, bem mais pobre que o Brasil. É também um dos maiores exportadores do mundo no setor têxtil, onde se empregam mais de um milhão de pessoas. Em 1992, mais de 50 mil desses empregados eram crianças de até 14 anos, meninas em sua maioria. Crianças que não estavam estudando nem brincando; crianças cuja infância se resumia a produzir roupas que seriam vestidas por estrangeiros, e cujo salário mensal não era suficiente para pagar a conta de alguns jantares dos estrangeiros que vestiam as roupas por elas produzidas. O trabalho infantil era proibido por lei em Bangladesh, mas a lei “não pegou”.

Foi então que uma lei americana proibiu a importação para os Estados Unidos de produtos que utilizavam trabalho infantil. A lei americana “pegou” e, conseqüentemente, o trabalho infantil nas indústrias têxteis de Bangladesh foi drasticamente reduzido. Cerca de 50 mil crianças foram dispensadas da dura vida nas fábricas.

Porém, por que as crianças estavam trabalhando nas fábricas? Seria essa uma escolha de pais cruéis, imposta às crianças indefesas? Bem, pais normalmente se importam com os filhos e, ainda que alguns não se importem, é difícil imaginar que 50 mil crianças estivessem sendo escravizadas pelos seus pais. O que estava motivando aquela escolha?

Na nossa vida, estamos sempre buscando escolher o melhor para nós. O processo decisório não é fácil, simples ou indolor, e o ato da escolha, não raro, causa angústias, suscita dúvidas e é penoso para quem decide. Porém, apesar disso, a verdade é que nós, você e a população pobre de Bangladesh estamos todos sempre escolhendo, tentando buscar o melhor para nossas vidas. Até mesmo quando optamos por delegar nossas esco-

lhas a alguém, estamos decidindo não escolher, e arcando com os custos e benefícios dessa opção.

Essas escolhas não são totalmente livres. Inúmeras restrições as condicionam, delimitam e influenciam, como, por exemplo: (1) as limitações de ordem financeira que todos enfrentamos (o salário de professor universitário não nos permite escolher viajar para o exterior na primeira classe); (2) os impedimentos de natureza jurídico-legal que nos cercam (podemos acabar presos se, para comprarmos o ticket de primeira classe, resolvermos assaltar um banqueiro em sua mansão); (3) a nossa falta de informação sobre diversos temas (quanto dinheiro será que o banqueiro guarda em sua casa? Ela é fortemente vigiada por câmeras de segurança?); e (4) as normas morais que regem nosso padrão de comportamento social (mesmo se a mansão estiver desprotegida, e a probabilidade de sermos pegos pela polícia for muito baixa, não achamos correta a escolha de assaltar o banqueiro) etc.

Em resumo, as escolhas são, em larga medida, determinadas pelo conjunto de restrições. Entretanto, estar restrito em suas opções não é o mesmo que não ter opção, é analiticamente diferente de não escolher. As crianças e seus pais, em Bangladesh, não escolheram o infeliz destino de trabalharem, em tenra idade e sob condições ruins, por mera ignorância. O pobre não é burro. Se assim o fizeram, foi por ser aquela a melhor opção disponível entre as várias e péssimas alternativas possíveis.

O problema das crianças em Bangladesh era o conjunto de alternativas disponíveis, e não a escolha de trabalhar na fábrica em si. Agora, por que essa distinção importa?

Em 1992, mais de 50 mil crianças estavam escolhendo trabalhar para a indústria têxtil de Bangladesh, escolha esta que a lei americana as impediu de manter. As conseqüências da lei foram trágicas para as crianças. Elas não deixaram o trabalho para ingressar na escola, nem, tampouco, passaram a curtir as tardes brincando nos parques. A realidade mostrou-se menos idílica: elas se tornaram prostitutas, trombadinhas, ou foram trabalhar quebrando pedras na pedreira. Em suma, saíram da fábrica para se envolver em atividades ainda piores. Além disso, algumas mães tiveram que abandonar seus empregos para cuidar dos filhos, acentuando o problema de pobreza daquelas famílias.

Se os propositores da lei que proibiu a importação de produtos que utilizam trabalho infantil tivessem pensado que a escolha prévia das crianças

era fruto de um restrito conjunto de alternativas disponíveis e não de burrice, não teriam se surpreendido com o fiasco que se mostrou a lei. Afinal de contas, se fosse uma opção viável para as famílias pobres de Bangladesh mandar seus filhos para as escolas e parques, elas já o estariam fazendo antes da entrada em vigor da lei norte-americana.

Não demorou para que as conseqüências negativas da lei fossem percebidas e, em 1995, após dois anos de penosa negociação, um novo e melhor acordo foi firmado entre a associação das indústrias têxteis de Bangladesh e a UNICEF. Esse acordo tinha como ponto principal prover melhores alternativas às crianças. O documento, explicitamente, solicitava que, para o bem das próprias crianças, as fábricas não as demitissem até que estas tivessem disponível uma alternativa melhor. Com o apoio financeiro internacional e trabalho das organizações locais, alternativas começaram a ser desenvolvidas. A boa notícia é que já se detectam melhorias.¹

A todo instante, dezenas de indivíduos escolhem ser assaltantes, entrar na prostituição, trabalhar incontáveis horas no canavial sob sol inclemente, ou em condições precárias na indústria têxtil. Nenhuma dessas escolhas nos soa minimamente desejável. A muitos de nós, elas causarão, com plenitude de razão, indignação e revolta contra o grau de injustiça social que refletem. Quais as escolhas que se apresentam, por exemplo, a um indivíduo nascido em uma favela violenta de uma grande metrópole, ou no interior de um estado pobre do Nordeste brasileiro?

Saber que ele tentará escolher da melhor maneira possível dentre suas opções, todas muito ruins, não soa nada animador; mas é importante ter em conta que o problema de fundo não se resolverá atacando as escolhas em si, mas melhorando o leque de opções disponíveis para os mais desprovidos. Alterar forçosamente as escolhas dessas pessoas, ao invés de focar na melhora das possíveis alternativas, nada resolve e, provavelmente, apenas irá piorar uma situação que já é em si ruim.

Semelhante idéia se aplica ao caso da prostituição voluntária de adultos. Todo ano vários turistas desembarcam no Brasil motivados pelo clima, pelas praias e pelo turismo sexual. Ao mesmo tempo, há inúmeras

¹ As informações sobre o trabalho infantil em Bangladesh e os programas da UNICEF para tentar resolver os problemas estão acessíveis no website <http://www.unicef.org/sowc97/report/>.

campanhas contra o turismo sexual em várias cidades onde a atividade turística é parte relevante da economia local.

A escolha da prostituição como profissão está, de acordo com alguns especialistas, ligada a complicados fatores familiares e psicológicos. Porém, como no exemplo anterior, parte da explicação para a decisão de vender o corpo decorre da falta de alternativas melhores e não de ignorância sobre o fardo da profissão. Sendo assim, proibir a prostituição de adultos pode agradar aos que querem uma cidade livre de prostitutas, mas não vai contribuir para melhorar a vida delas. Por quê? Porque a proibição não cria magicamente postos de trabalho em outros lugares, não aumenta o nível educacional da prostituta, nem transfere renda para ela poder alimentar seus filhos. Como anteriormente, entender que uma escolha que julgamos ruim decorre, com alta probabilidade, das alternativas ainda piores a que uma pessoa tem acesso é primordial para desenhar estratégias de políticas públicas que gerem bons resultados.

Neste livro, estaremos sempre raciocinando a partir das escolhas individuais. A lógica empregada pela ciência econômica moderna para analisar os diversos fenômenos que nos cercam centra-se nas escolhas dos indivíduos e nas restrições que afetam e limitam essas escolhas. O que motiva essa abordagem metodológica?

Em um plano mais teórico, são dois os motivos que nos levam a partir do pressuposto de que o indivíduo escolhe o que é melhor para si. A primeira é mais filosófica e tem a ver com a idéia primária de respeito às preferências e liberdades individuais. Os nossos pais gostam mais de picadinho com jiló do que de sashimi de salmão. Essa preferência nos soa estranha, esquisita, mas forçá-los a comer o sashimi não vai ajudá-los, não vai torná-los mais felizes.

A segunda é mais prática e está relacionada ao fato de os indivíduos terem melhor informação a respeito de suas alternativas e de toda sorte de restrições que os acometem do que o tem o governante, o político e o estudioso. O trabalhador de Bangladesh e a prostituta brasileira conhecem melhor do que ninguém seu mundo e suas opções

Apesar de na grande maioria dos casos ter mais opções ser melhor do que ter menos, existem circunstâncias em que restringir seu próprio campo de escolha pode acabar sendo benéfico. Em geral, isso é verdade nas situações em que é difícil resistir ao que chamaremos genericamente “ten-